



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
Coordenação de Pós-Graduação

**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO COLEGIADO DO MESTRADO  
PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO DO CENTRO DE FORMAÇÃO,  
TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO (CEFOR) DA CÂMARA DOS**

**DEPUTADOS**, iniciada em vinte e seis de outubro de dois mil e dezessete, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, nas dependências do Cefor. **PRESENTES:** Fabiano Peruzzo Schwartz e Karem Rodrigues de Paula - Presidente e Secretária, respectivamente; e os conselheiros Antonio Teixeira de Barros, Cristiane Brum Bernardes, Fábio de Barros Correia Gomes, João Luiz Pereira Marciano, Júlio Roberto de Souza Pinto, Malena Rehbein Rodrigues Sathler, Maurício Schneider, Nelson Gomes dos Santos Filho, Ricardo Chaves de Rezende Martins e Rildo José Cosson. O presidente do Colegiado, conselheiro Fabiano Peruzzo Schwartz, colocou em votação a ata da última reunião, que foi aprovada por unanimidade.

**EXPEDIENTE:** O presidente iniciou o expediente informando que o processo de criação do grupo de trabalho para elaboração de nota técnico-jurídica sobre o Programa de Mestrado já tramitou pela Diretoria de Recursos Humanos, onde foi indicada como membro do grupo a servidora Bruna Nóbrega Rezende Amorim, e pela Secretaria de Controle Interno, onde foi indicada a servidora Erika Maria Bastos de Assis. Ele também informou que haverá indicação de membro pela ATEC e, depois, o processo seguirá para a Diretoria Geral, que emitirá portaria instituindo o grupo. O presidente ressaltou que o objetivo é que o grupo seja representativo, e que desenvolva uma interpretação única da Casa quanto às divergências entre as normas do Programa de Pós-Graduação e o Estatuto do Servidor Público Federal. Na sequência o presidente apresentou a situação geral dos alunos das turmas de 2014 e 2015 em relação às bancas de defesa e qualificação



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**  
**Coordenação de Pós-Graduação**

e à conclusão das atividades complementares. Chamou a atenção para o caso do aluno Marcos Ribeiro de Ribeiro, que já defendeu sua dissertação em junho deste ano, mas ainda faltam 58 (cinquenta e oito) horas de atividades complementares para serem integralizadas a seu currículo. O presidente chamou a atenção dos conselheiros para que elaborem um plano de trabalho para seus orientandos, de forma a conduzi-los no adequado cumprimento de suas atividades. Ele informou ainda, em resposta a questionamento do conselheiro Fabio, que a Coordenação vai enviar um comunicado a todos os alunos, e respectivos orientadores, para que regularizem sua situação sob o risco de perderem o prazo do curso. Para ilustrar, o presidente informou aos conselheiros que foram encaminhados ao Gabinete do Cefor processos de alunos que foram desligados do Programa por não cumprirem com as exigências dos respectivos cursos e que, por consequência, terão de indenizar a Câmara dos Deputados, conforme previsto no edital de seleção. Dando continuidade à reunião, o presidente informou aos conselheiros sobre a intenção do Sindilegis em promover, junto ao Programa de Pós-Graduação, um concurso de monografias. Em resposta, o presidente sugeriu ao sindicato que utilizasse tais recursos para patrocinar grupos de pesquisa de iniciação científica e, também, para contratar um profissional para reformular o portal da Coordenação - atendendo a exigências da Avaliação Quadrienal da Capes. O presidente também informou que a Coordenação já fez a inclusão no portal de todas as dissertações defendidas pelos alunos do Mestrado. O conselheiro Antonio sugeriu que, ao final do ano, sejam publicados na Revista E-Legis os resumos das dissertações defendidas. Ele ainda lembrou que esse tipo de publicação pode ser lançado no Currículo Lattes do autor.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO**  
**Coordenação de Pós-Graduação**

Sobre a criação de grupos de iniciação científica, o conselheiro Nelson disse que está buscando outras fontes de recurso, além do sindicato, como o CNPq, a Capes e o FAP/DF e, para isso, formalizou na Câmara um processo para criação do regulamento dos grupos de iniciação científica. O presidente explicou que já havia sido tramitado um processo semelhante, na gestão do conselheiro Ricardo de João Braga, mas que este foi prejudicado pela contenção de despesas anunciada pela Casa em 2016. Nesta gestão, a Coordenação reenviou o processo, excluindo dele a parte que trata dos custos, para evitar entraves em seu trâmite - os custos seriam, assim, estabelecidos no edital de seleção dos grupos de iniciação científica. O presidente informou ainda que estão em andamento as negociações para reformulação da Portaria 286/2012, e que o diretor de Recursos Humanos concordou que atividades de cujo pagamento estava suspenso, como tradução, voltem a ser pagas. Ele também informou que os valores das atividades constantes da portaria não serão reajustados, mas que será incluída na norma a figura da Renúncia Voluntária, permitindo que o professor abra mão do pagamento e não seja obrigado a compensar as horas destinadas à atividade de docência. O conselheiro Nelson esclareceu que as bolsas de iniciação científica são destinadas para pesquisas, já em andamento, de docentes do Programa, para isso é preciso que os professores definam o objeto de suas pesquisas, bem como sua demanda por apoio de bolsistas. Dando sequência, o presidente falou que, a despeito da dificuldade no processo de formalização de acordos de cooperação com outras instituições, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de Brasília (UnB) têm interesse em firmar



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
Coordenação de Pós-Graduação

parcerias com o Cefor. Assim, o presidente anunciou que, nas próximas semanas, ele e o conselheiro Nelson visitarão a Unicamp e a UFMG, respectivamente, para discutir contrapartidas entre as instituições. O conselheiro Nelson informou que irá propor a publicação de artigos produzidos pelo Mestrado na Revista Teoria e Sociedade, da UFMG, e a publicação de artigos da UFMG na Revista E-Legis; também proporrá a participação de docentes da UFMG em disciplinas do Mestrado do Cefor e a participação de membros do Mestrado do Cefor no Núcleo de Estudos em Gestão e Políticas Públicas (Publicus), da UFMG. Em seguida, o presidente informou que, em reunião de coordenadores da Capes, ele apresentou a ferramenta desenvolvida para extrair informações do Lattes, o que despertou interesse de outras instituições e propiciou um convite da Unicamp para apresentar a ferramenta à instituição. A intenção da ferramenta é fazer com que docentes, discentes e egressos acompanhem mensalmente o extrato de sua produção e, assim, possam perceber erros e/ou supressões de lançamentos. O presidente também disse que vai esperar um *feedback* da Unicamp para disponibilizar a ferramenta em um repositório público. Dando continuidade, o conselheiro Antonio informou que, em reunião com Paulo Calmon e Rebecca Abers, do Ipol (Instituto de Ciência Política) da UnB, discutiram parcerias para oferta de disciplinas, co-orientações, bancas, jornadas e publicações. A conselheira Malena e o presidente relataram dificuldade no contato por *e-mail* com professores do Ipol. O presidente solicitou então aos conselheiros Antonio e Malena que agendem uma reunião presencial para restabelecer comunicação com a equipe do Ipol. O conselheiro Julio disse que, a despeito da dificuldade de comunicação, os professores do Ipol têm



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
Coordenação de Pós-Graduação

interesse na parceria, pois a instituição está sediada em Brasília e ainda assim não possui corpo docente especializado em Poder Legislativo. Em seguida, o presidente comunicou o Colegiado sobre a realização do curso de preenchimento de Currículo Lattes, no qual serão discutidas as formas adequadas de preenchimento e as produções que podem ser incluídas na plataforma. **PAUTA: Item 1 - OFERTA DE DISCIPLINAS:** o presidente explicou a dificuldade na indicação de professores para as disciplinas obrigatórias e sugeriu que elas fossem ministradas por meio do rodízio dos docentes do Programa. Ele também anunciou o resultado do processo seletivo para docente, no qual foram aprovados os servidores Ana Lúcia Henrique Teixeira Gomes, Fabiano José Arcadio Sobreira e Terezinha Elisabeth da Silva, e falou da possibilidade de esses docentes preencherem vagas nas disciplinas Seminário de Pesquisa. Em seguida, foi definido pelo Colegiado que, no primeiro semestre letivo de 2018, os professores Rildo, Maurício e Nelson assumirão a disciplina Seminário de Pesquisa; e, no segundo semestre letivo de 2018, os professores Ricardo Martins, Nelson e Cristiane assumirão a disciplina Seminário em Poder Legislativo, e os professores Julio, Giovana e Valério ministrarão a disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso. **Item 2 - HOMOLOGAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES:** o presidente apresentou a relação de orientadores dos alunos do Mestrado ingressantes em 2017, e a conselheira Cristiane pediu correção da listagem, informando que a aluna Sandra Amaral de Sousa é sua orientanda. O presidente informou ainda que o conselheiro Ricardo Braga, por estar de licença, irá orientar a aluna Maristela Mendes de Sant'Ana por videoconferência. Em seguida, a lista dos orientadores foi homologada pelo Colegiado. **Item 3 - ANÁLISE**



**DE PARECERES (Convalidação de créditos de disciplina cursada na UnB pelo aluno Abraham Lincoln Ferreira Cardoso (cf. art. 28, §§ 1º a 3º do Regimento do Curso de Mestrado em Poder Legislativo); Homologação dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) dos alunos do curso de Mestrado: Nara Brum, Valéria Lima, Marcos Reis e Thais Santos).** Após a leitura do parecer redigido pelo conselheiro Julio, pelo deferimento integral do requerimento do aluno Abraham Cardoso, o Colegiado homologou a decisão, concedendo os créditos ao discente. Em seguida, o presidente solicitou que o conselheiro Rildo fizesse a leitura dos pareceres de homologação dos TCCs dos alunos Nara Brum, Valéria Lima, Marcos Reis e Thais Santos, e, em seguida, os TCCs foram homologados pelo Colegiado. **Item 4 - AVALIAÇÃO QUADRIENAL (Número de vagas para discentes em 2018; Orientação: definição dos critérios que combinem pontuação na Capes e interesses de professores e alunos; GPEs: definição de critérios para registro como Grupo de Pesquisa no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq; Disponibilidade do docente: alteração de status; licenciamento).** O presidente anunciou que o edital de seleção de discentes será publicado no dia 31 de outubro e que trará como novidade a apresentação das temáticas a que os alunos vinculados terão melhor pontuação. Em seguida, o presidente indagou sobre a possibilidade de diminuir o número de alunos ingressantes anualmente no curso de Mestrado, a fim de equilibrar a distribuição de trabalhos para os orientadores. A conselheira Cristiane ressaltou que, com a entrada dos professores colaboradores, a relação tende a se equilibrar. O conselheiro Antonio disse que o Programa passou por duas expansões desde sua criação e considera precoce a decisão de reduzir o



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
Coordenação de Pós-Graduação

quantitativo de alunos. Decidiu-se, então, manter o quantitativo de alunos da última seleção. Em seguida, o conselheiro Nelson destacou que a portaria que regulamenta os Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs) está sendo ajustada para as atuais condições do Programa. Ele propôs um maior rigor no acompanhamento dos grupos e a criação de critérios, que seriam analisados pelo Colegiado para serem acrescentados à portaria, a fim de promover os GPEs. O conselheiro Julio sugeriu que os GPEs sejam mais duradouros, criados por edital, podendo ser elevados à categoria de grupo permanente de pesquisa, e facilitando sua oficialização como grupo do CNPq. O conselheiro Rildo alertou que os GPEs foram criados como uma forma de incentivo à pesquisa no Cefor, e não como um braço do Mestrado. Disse ainda que os GPEs estão vinculados à área de Poder Legislativo, que é mais abrangente que a Ciência Política, à qual o Mestrado está vinculado. O conselheiro Fabio questionou se o grupo que ele criou no CNPq continua mantido e se haverá possibilidade de aumentar o número de pesquisadores vinculados, pois a limitação causa dificuldade no andamento da pesquisa. O presidente apontou que criaria então três categorias de GPE, sendo uma mais específica da área de Ciência Política. Dando sequência à reunião, o presidente questionou os conselheiros sobre os objetivos do curso de Mestrado e falou sobre a possibilidade de “descredenciamento” de professores que não atingirem critérios de desempenho pré-definidos. Sugeriu que fossem feitas rodadas de avaliação dos docentes ao final do primeiro ano do quadriênio e, depois, ao final do terceiro ano, para que haja tempo de contornar os obstáculos para se atingir uma boa nota na Capes. O conselheiro Rildo indagou os critérios a serem usados para avaliação dos docentes, e o conselheiro



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
Coordenação de Pós-Graduação

Julio ponderou que pode haver preconceito com o Programa em relação à concessão de bolsas e auxílios. A conselheira Cristiane apontou que estabelecer critérios para atingir a nota 5 da Capes é importante para que o Programa tenha acesso a editais e a outros instrumentos. Diante disso, o presidente informou que encaminhará aos conselheiros os critérios que estão sendo elaborados para se atingir a nota 5 da Capes, a fim de que sejam analisados e votados na próxima reunião do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Eu, KAREM RODRIGUES DE PAULA, lavrei a presente Ata.

Fabiano Perruzzo Schwartz - Presidente

Karem Rodrigues de Paula - Secretária